

Direitos Humanos e pessoas intersexo

PONTOS POSITIVOS

- » Alterações à legislação de alguns países europeus para o reconhecimento das pessoas intersexo e o combate à discriminação
- » Trabalho pioneiro das ONGs intersexo e LGBTI, organizações para a igualdade e outras estruturas nacionais de direitos humanos para a conscientização
- » Opiniões progressistas emergentes entre alguns profissionais de saúde sobre o dano causado por intervenções médicas desnecessárias
- » Aumento da atenção dada aos direitos humanos das pessoas intersexo nas organizações europeias e internacionais

PREOCUPAÇÕES

- » Tratamentos médicos e cirúrgicos não-necessários para “normalizar” o sexo das crianças intersexo sem o consentimento completamente informado
- » O direito das pessoas intersexo à integridade física e a capacidade de desenvolver a sua identidade de género não são respeitados
- » Invisibilidade: pouca conscientização do público à existência das pessoas intersexo (algumas foram chamadas de “hermafroditas” no passado) e dos seus problemas de direitos humanos
- » Dificuldades no acesso aos registos médicos
- » A leitura binária homem-mulher da sociedade resulta na estigmatização e na exclusão social
- » As condições intersexo ainda são classificadas como patologias
- » Intervenções médicas sobre fetos intersexo
- » A medicalização das pessoas intersexo dificulta o seu direito a atingir o mais elevado grau de saúde possível
- » Os procedimentos de registo de nascimento e a pressão médica à adequação colocam uma carga imensa sobre os pais de bebés intersexo para tomarem decisões rápidas
- » Entidades desportivas internacionais aplicam procedimentos de verificação de sexo discriminatórios

RECOMENDAÇÕES

- » Parar os tratamentos médicos e cirurgias desnecessários sobre as pessoas intersexo sem o seu consentimento
- » Respeitar o direito das pessoas intersexo a não passar por tratamentos de designação de sexo
- » Rever as classificações médicas que patologizam as pessoas intersexo
- » Melhorar a legislação e as políticas para facilitar o reconhecimento legal das pessoas intersexo nos documentos oficiais, com respeito ao seu direito à autodeterminação
- » Garantir que a legislação nacional sobre igualdade de tratamento e crimes de ódio protege as pessoas intersexo
- » Dar às pessoas intersexo o pleno acesso aos seus registos médicos
- » É precisa mais pesquisa aprofundada para combater adequadamente a discriminação e outras violações dos direitos humanos das pessoas intersexo
- » Conscientizar o público e melhorar a formação profissional sobre os problemas enfrentados pelas pessoas intersexo
- » Envolver pessoas intersexo no desenvolvimento de medidas para combater os problemas
- » Melhorar o aconselhamento das crianças intersexo e dos seus pais
- » Facilitar o acesso das pessoas intersexo à justiça e investigar e reconhecer as passadas violações dos direitos humanos

